



A RELIGIÃO EM THOMAS HOBBS

Taís Carla Debortoli

Mestranda no Programa de Pós-graduação de Filosofia da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

A religião é um tema que foi por muito tempo desconsiderada das obras de Thomas Hobbes, entendida como um aspecto que não era relevante para a compreensão de seu pensamento filosófico. Isso ocorreu, em grande medida, pelo fato de que os intérpretes investigavam os escritos sobre religião com o intuito de apenas identificarem posições pessoais do filósofo inglês acerca desse tema, não levando em consideração a contribuição de seus escritos sobre essa temática para o seu sistema filosófico, mais especificamente para o âmbito político. Nesse aspecto, o propósito central do presente estudo é o de analisar os escritos sobre religião nesse autor e compreender um possível vínculo entre religião e política no *Leviatã*.

Para um melhor entendimento da problemática de pesquisa envolvendo a relação entre política e religião, é de grande importância mencionar questões bastante discutidas entre os intérpretes de Hobbes, como é o caso da questão sobre a unidade metodológica em seu sistema filosófico. Há, em tese, uma unidade no pensamento filosófico desse autor, dito de outro modo, uma dependência dedutiva entre as partes da filosofia hobbesiana, conforme afirmações que o próprio Hobbes faz acerca de seu projeto filosófico e que são defendidas por alguns intérpretes, como por exemplo, Brandt e Gauthier. Essa questão divide a opinião dos estudiosos e surgem várias interpretações sobre se há ou não uma sistematicidade entre ciência e política em Hobbes. Entretanto, se partirmos da concepção de que haveria uma sistematicidade na filosofia hobbesiana, a própria noção teológica do filósofo inglês ocasionaria um problema interpretativo e metodológico acerca dessa suposta sistematicidade.

Isso porque, tanto no *De Corpore* quanto no *Leviatã* – onde Hobbes apresenta seu esquema de ciências – a teologia está excluída do conhecimento científico. Em



contrapartida, ao mesmo tempo em que Hobbes exclui a teologia do conhecimento científico, ele também recorre a ela de forma contundente no *Leviatã*, sendo que as duas últimas partes da obra são destinadas a questões relacionadas à religião. Com efeito, a indagação que surge é: se em tese há uma dependência dedutiva entre física e política, e se há uma sistematicidade na filosofia de Hobbes, qual é precisamente o objetivo de Hobbes em abordar questões acerca da religião de modo tão presente no *Leviatã*? Para tanto, o objetivo do capítulo um do presente estudo é o de apresentar essas questões a fim de desenvolver a problemática da pesquisa, bem como apresentar conceitos importantes para o estudo, como é o caso do materialismo hobbesiano.

Pretende-se mostrar com esse estudo que há diferenças entre religião e teologia nesse filósofo, visto que a religião está relacionada mais à política do que propriamente a um estudo sobre os atributos de Deus. Nesse sentido, o capítulo um mostra a inexistência desse problema interpretativo envolvendo a religião e a sistematicidade. Visto que a problemática central dessa pesquisa envolve a compreensão da religião e política nesse autor, pretende-se mostrar que a compreensão da religião exige uma compreensão do materialismo de Hobbes, visto que o filósofo inglês faz uso de sua concepção científica em sua interpretação das Escrituras, no intuito de evitar concepções envolvendo o incorpóreo, imaterial e sobrenatural no texto bíblico. Na perspectiva hobbesiana, essas concepções podem gerar doutrinas que servem aos interesses dos clérigos na ampliação do seu poder para além do poder eclesiástico.

Nesse sentido, ao investigar a exegese bíblica hobbesiana é possível identificar o uso de seu materialismo monista na interpretação de termos bíblicos, com um intuito de afastar doutrinas sediciosas que possam interferir na ordem política. Nesse sentido, defende-se que o objetivo de Hobbes com a sua interpretação materialista monista das Escrituras é, na verdade, uma emergência política. É com este objetivo que o capítulo dois pretende demonstrar que as concepções de essências separadas e de substância incorpórea podem dar origem a abusos da leitura das Escrituras, especialmente em temas como demonologia, transubstanciação e concepções dualistas de vida e morte, céu e



inferno. A consequência disso é o uso dessas doutrinas pelo clero para aterrorizar os súditos e gerar uma cisão na autoridade soberana, ocasionando a sedição.

No terceiro e último capítulo¹ pretende-se mostrar que Hobbes procura resolver o problema das doutrinas sediciosas, especialmente o da divisão de autoridades, ampliando o poder do soberano civil. Para isso, algumas concepções serão analisadas, como por exemplo, os milagres, os falsos profetas, as profecias, o direito do soberano civil em interpretar as Escrituras, a diminuição do poder dos eclesiásticos e concepção de salvação para Hobbes. Nesse sentido, o objetivo do último capítulo é examinar essas concepções do âmbito da religião e, a partir disso, dar ênfase a questão política acerca da unidade do poder.

Para Hobbes, o soberano civil é a autoridade, não apenas do âmbito político, mas também em relação ao poder eclesiástico. Dito de modo mais simples, para Hobbes, aquilo que compete ao soberano, não é apenas instituir as leis civis, mas também a interpretação das Escrituras. “É o soberano civil que tem poder supremo em todas as causas, quer eclesiásticas ou civis.” (Hobbes, 2019, p.460). Com isso, há uma diminuição do poder dos eclesiásticos no *Leviatã*, sendo que a função do clero é limitada apenas ao ensino referente ao que o soberano civil interpretou das Escrituras.

O fato é que Hobbes, ao colocar o poder e a autoridade nas mãos do soberano civil a partir dessa limitação do poder eclesiástico, distancia-se do problema acerca das duas autoridades em uma mesma república. Nesse sentido, “Governo temporal e espiritual são apenas duas palavras trazidas ao mundo para levar os homens a se confundirem, enganando-se quanto ao seu soberano legítimo.” (Hobbes, 2019, p.393)

Com efeito, o único governo que pode existir é o temporal, sendo proibido que os súditos ensinem doutrinas que são proibidas pelo soberano civil. Para Hobbes, “esse governante tem que ser único, caso contrário seguem-se necessariamente a facção e a guerra civil na república, entre Estado e Igreja, entre os espiritualistas e os temporalistas, entre a espada da justiça e o escudo da fé” ((Hobbes, 2019, p.393). Nesse aspecto, para Hobbes, se houver duas autoridades, serão ensinadas doutrinas contrárias em que uma será necessariamente falsa.

Em resumo, para Hobbes, a preservação da sociedade civil depende de uma análise bíblica coerente, do contrário, as doutrinas de vida após morte, castigos eternos e céu e inferno competem com as leis do soberano civil. “Essas expressões merecem o



exame de todos os que desejam evitar as calamidades da confusão e da guerra civil.” (Hobbes, 2019, p.375). Com isso, pretende-se demonstrar ao final da pesquisa que a relação entre religião e política merecem ser investigadas em função de que as duas esferas estão disputando o poder., visto que, na perspectiva hobbesiana, a religião precisa estar submissa ao poder político.

Referências:

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de uma República Eclesiástica e Civil**. 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2019.